

ACEF/1718/1101881 — Relatório preliminar da CAE

Contexto da Avaliação do Ciclo de Estudos

Relatório da CAE - Ciclo de Estudos em Funcionamento.

Contexto da Avaliação do Ciclo de Estudos

Nos termos do regime jurídico da avaliação do ensino superior (Lei n.º 38/2007, de 16 de agosto), a avaliação externa dos ciclos de estudos deve ser realizada periodicamente. A periodicidade fixada é de seis anos.

O processo de avaliação/acreditação de ciclos de estudo em funcionamento (Processo ACEF) tem por elemento fundamental o relatório de autoavaliação elaborado pela instituição avaliada, que se deve focar nos processos que se julgam críticos para garantir a qualidade do ensino e nas metodologias para monitorizar/melhorar essa qualidade, incluindo a forma como as instituições monitorizam e avaliam a qualidade dos seus programas de ensino e da investigação.

A avaliação é efetuada por uma Comissão de Avaliação Externa (CAE), composta por especialistas selecionados pela Agência com base no seu currículo e experiência e apoiada por um funcionário da Agência, que atua como gestor do procedimento. A CAE analisa o relatório de autoavaliação e visita a instituição para confirmar as informações do relatório e proceder à sua discussão com representantes da instituição.

Antes do termo da visita, a Comissão reúne para discutir as conclusões sobre os resultados da avaliação e organizar os itens a integrar no relatório de avaliação externa a ser apresentado oralmente. Esta apresentação é da responsabilidade do(a) Presidente da CAE e deve limitar-se a discutir os resultados da sua análise em termos de aspetos positivos, deficiências, propostas de melhoria e outros aspetos que sejam relevantes no contexto da avaliação.

A CAE, usando o formulário eletrónico apropriado, prepara, sob supervisão do seu Presidente, a versão preliminar do Relatório de Avaliação Externa do ciclo de estudo. A Agência remete o relatório preliminar à instituição de ensino superior para apreciação e eventual pronúncia, no prazo regularmente fixado. A Comissão, face à pronúncia apresentada, poderá rever o relatório preliminar, se assim o entender, competindo-lhe aprovar a sua versão final e submetê-la na plataforma da Agência.

Compete ao Conselho de Administração a deliberação final em termos de acreditação. Na formulação da deliberação, o Conselho de Administração terá em consideração o relatório final da CAE e, havendo ordens e associações profissionais relevantes, será igualmente considerado o seu parecer. O Conselho de Administração pode, porém, tomar decisões não coincidentes com a recomendação da CAE, com o intuito de assegurar a equidade e o equilíbrio das decisões finais. Assim, o Conselho de Administração poderá deliberar, de forma fundamentada, em discordância favorável (menos exigente que a Comissão) ou desfavorável (mais exigente do que a Comissão) em relação à recomendação da CAE.

Composição da CAE

A composição da CAE que avaliou o presente ciclo de estudos é a seguinte (os CV dos peritos podem ser consultados na página da Agência, no separador [Acreditação e Auditoria / Peritos](#)):

Carlos de O. Fernandes
Manuel António Brites Salgado
Antonio Carles
Mariana Martins

1. Caracterização geral do ciclo de estudos

1.1. Instituição de Ensino Superior:

Instituto Politécnico De Viseu

1.1.a. Outra(s) Instituição(ões) de Ensino Superior (proposta em associação):

1.2. Unidade orgânica:

Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Viseu

1.2.a. Outra(s) unidade(s) orgânica(s) (proposta em associação):

1.3. Ciclo de estudos:

Gestão Turística

1.4. Grau:

Mestre

1.5. Publicação em D.R. do plano de estudos em vigor (nº e data):

1.5._DR MGT.pdf

1.6. Área científica predominante do ciclo de estudos:

Turismo

1.7.1 Classificação CNAEF - primeira área fundamental:

812

1.7.2 Classificação CNAEF - segunda área fundamental, se aplicável:

345

1.7.3 Classificação CNAEF - terceira área fundamental, se aplicável:

<sem resposta>

1.8. Número de créditos ECTS necessário à obtenção do grau:

120

1.9. Duração do ciclo de estudos (art.º 3 Decreto-Lei 74/2006, de 24 de março, com a redação do Decreto-Lei 63/2016 de 13 de setembro):

4 semestres

1.10. Número máximo de admissões aprovado no último ano letivo:

25

1.10.1. Número máximo de admissões pretendido (se diferente do número anterior) e sua justificação

Não aplicável.

1.11. Condições específicas de ingresso.

1. Podem candidatar-se ao acesso ao ciclo de estudos conducente ao grau de mestre:

a) Titulares do grau de licenciado ou equivalente legal;

- b) Titulares de um grau académico superior estrangeiro conferido na sequência de um 1º ciclo de estudos, organizado de acordo com os princípios do Processo de Bolonha por um Estado aderente a este Processo;
- c) Titulares de um grau académico superior estrangeiro, que seja reconhecido como satisfazendo os objetivos do grau de licenciado pelo Conselho Técnico-Científico;
- d) Detentores de um currículo escolar, científico ou profissional que seja reconhecido como atestando capacidade para realização deste ciclo de estudos pelo Conselho Técnico Científico;
- e) Indivíduos que frequentaram edições anteriores do mesmo Curso de Mestrado da ESTGV em que houve interrupção/caducidade da matrícula.

1.12. Regime de funcionamento.

Pós Laboral

1.12.1. Outro:

Não aplicável.

1.13. Local onde o ciclo de estudos é ministrado:

Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Viseu

1.14. Eventuais observações da CAE:

<sem resposta>

2. Corpo docente

Perguntas 2.1 a 2.5

2.1. Coordenação do ciclo de estudos.

O docente ou docentes responsáveis pela coordenação do ciclo de estudos têm o perfil adequado:

Sim

2.2. Cumprimento de requisitos legais.

O corpo docente cumpre os requisitos legais de corpo docente próprio, academicamente qualificado e especializado:

Sim

2.3. Adequação da carga horária.

A carga horária do pessoal docente é adequada:

Sim

2.4. Estabilidade.

A maioria dos docentes mantém ligação à instituição por um período superior a três anos:

Sim

2.5. Dinâmica de formação.

O número de docentes em programas de doutoramento há mais de um ano é adequado às necessidades de qualificação académica e de especialização do corpo docente do ciclo de estudos, quando necessário:

Sim

2.6. Apreciação global do corpo docente

2.6.1. Apreciação global

A Coordenadora do Curso é doutorada em Turismo, mestre em Ciências Sociais e licenciada em Sociologia, está em regime de exclusividade, possui publicações na área do Turismo, e assegura diversas UC's no CE, pelo que possui perfil académico adequado.

O corpo docente é composto por 12 docentes, todos a TI, 11 doutorados e 1 com o título de especialista, com 9 na área principal ou secundária do CE. Assim, a instituição cumpre com os três

requisitos legais, designadamente de corpo docente próprio a TI (100%), academicamente qualificado (100%) e especializado nas áreas de turismo (N=4) ou gestão (N=5) com 75%.

As cargas letivas atribuídas aos docentes são equilibradas, em geral, e compatíveis com as demais funções próprias de um docente de ensino superior.

O número de docentes em programas de doutoramento (1) há mais de um ano é adequado às necessidades de especialização do corpo docente do ciclo de estudos.

2.6.2. Pontos fortes

Verifica-se uma boa dinâmica de formação e contratação do pessoal docente, particularmente nas áreas primária e secundária do CE, o que leva ao cumprimento dos aspetos legais da composição do corpo docente.

2.6.3. Recomendações de melhoria

Nada a indicar

3. Pessoal não-docente

Perguntas 3.1. a 3.3.

3.1. Competência profissional e técnica.

O pessoal não-docente tem a competência profissional e técnica adequada ao apoio à lecionação do ciclo de estudos:

Sim

3.2. Adequação em número.

O número e o regime de trabalho do pessoal não-docente correspondem às necessidades do ciclo de estudos:

Sim

3.3. Dinâmica de formação.

O pessoal não-docente frequenta regularmente cursos de formação avançada ou de formação contínua:

Sim

3.4. Apreciação global do pessoal não-docente

3.4.1. Apreciação global

O número de pessoal não docente indicado é referente à UO. Há apoio dos vários serviços que são transversais à UO. Quase todos os funcionários pertencem aos quadros da IES, há mais de 10 anos, pelo que o pessoal não-docente pode ser considerado adequado em número e regime de trabalho.

No entanto, como não está especificado o pessoal não docente nas diversas áreas/departamentos, não há evidência do apoio administrativo mais próximo das operações diárias do CE, nomeadamente contatos com empresas para estágio e/ou emprego, preparação dos protocolos de estágio, calendarização das avaliações, elaboração das atas dos diversos júris, liaison aos diversos departamentos particularmente os Serviços Académicos, plano de atividades/relatório de atividades do CE, relatório de adequação a Bolonha, visitas de estudo, divulgação do CE, mobilidade académica e de estágios, etc.. Neste sentido constata-se que é necessário o direto suporte dado às atividades de Coordenação de Curso e às outras atividades de cariz mais extracurricular, como os vários eventos e atividades organizados pelos docentes e discentes do CE.

3.4.2. Pontos fortes

Existe estabilidade do pessoal não docente pois quase todos pertencem aos quadros da IES, há mais de 10 anos.

A IES valoriza a formação do pessoal não docente, sobretudo a formação específica para as funções profissionais de diversa natureza, assim como a progressão de estudos superiores.

3.4.3. Recomendações de melhoria

Identificar pessoal não-docente de apoio e organização ao processo administrativo das operações/atividades diárias do CE, formalizando essa afetação e comunicando na cultura organizacional as particularidades do seu funcionamento para ser mais eficiente no cumprimento dos objetivos do CE.

4. Estudantes

Pergunta 4.1.

4.1. Procura do ciclo de estudos.

Verifica-se uma procura consistente do ciclo de estudos por parte de potenciais estudantes ao longo dos 3 últimos anos:

Sim

4.2. Apreciação global do corpo discente

4.2.1. Apreciação global

Atualmente existem 18 alunos a frequentar este ciclo de estudos, 7 no primeiro ano e 11 no segundo. A procura pelo CE tem-se mantido nos cerca de 16 alunos nos últimos três anos, mantendo-se também o número de vagas em 25. Assim, nota-se que as vagas não são totalmente preenchidas. O acesso a este CE não é restringido pela formação base dos alunos, o que permite uma grande heterogeneidade no grupo.

4.2.2. Pontos fortes

Diversidade de formação base dos alunos.

4.2.3. Recomendações de melhoria

Maior divulgação do plano curricular do curso, tanto ao nível da própria instituição como ao nível nacional.

5. Resultados académicos

Perguntas 5.1. e 5.2.

5.1. Sucesso escolar

O sucesso escolar da população discente é satisfatório e é convenientemente acompanhado:

Sim

5.2. Empregabilidade

Os níveis de empregabilidade dos graduados pelo ciclo de estudos não revelam dificuldades de transição para o mercado de trabalho:

Sim

5.3. Apreciação global dos resultados académicos

5.3.1. Apreciação global

O número de alunos que terminam o curso por ano está de acordo com o número de inscritos.

Alguns alunos estão apenas interessados em cumprir o primeiro ano do CE, o que lhes confere uma Pós-graduação.

O nível de empregabilidade é elevado, sendo que dos graduados contactados apenas uma se encontrava desempregada, tendo acabado o mestrado há relativamente pouco tempo. A maioria dos estudantes empregados encontra-se em cargos de chefia.

5.3.2. Pontos fortes

Altos níveis de empregabilidade e monitorização do percurso dos graduados.

5.3.3. Recomendações de melhoria

Manutenção de uma base de dados atualizada dos graduados, com a intenção de continuar a acompanhar o seu percurso.

6. Resultados das atividades científicas, tecnológicas e artísticas

Perguntas 6.1. a 6.5.

6.1. Centros de Investigação

A instituição dispõe de recursos organizativos e humanos que integrem os seus docentes em atividades de investigação, seja por si ou através da sua participação ou colaboração, ou dos seus docentes e investigadores, em instituições científicas reconhecidas:

Em parte

6.2. Produção científica ou artística

Existem publicações científicas do corpo docente do ciclo de estudos em revistas internacionais com revisão por pares, livros e capítulos de livro ou trabalhos de produção artística, ou publicações resultantes de atividades de investigação orientada ou de desenvolvimento profissional de alto nível, nos últimos cinco anos, com relevância para a área do ciclo de estudos:

Sim

6.3. Outras publicações

Existem outras publicações do corpo docente com relevância para a área do ciclo de estudos, designadamente de natureza pedagógica:

Em parte

6.4. Atividades de desenvolvimento tecnológico e artístico

As atividades de desenvolvimento tecnológico e artístico, prestação de serviços à comunidade e formação avançada na(s) área(s) fundamental(ais) do ciclo de estudos representam um contributo real para o desenvolvimento nacional, regional e local, a cultura científica e a ação cultural, desportiva e artística:

Não

6.5. Integração em projetos e parcerias nacionais e internacionais

As atividades científicas, tecnológicas e artísticas estão integradas em projetos e/ou parcerias nacionais e internacionais:

Em parte

6.6. Apreciação global dos resultados das atividades científicas, tecnológicas e artísticas

6.6.1. Apreciação global

Foram identificados 2 centros de investigação externos à Instituição com 1 docente integrado e 1 CI interno, com indicação de classificação de Bom pela FCT, que se constitui como unidade

pluridisciplinar de gestão da investigação do IPV (9 docentes), dos quais 2 estão classificados pela FCT. Os CI não são vocacionados para a AC fundamental do CE (Turismo).

Foi anexado um mapa resumo de publicações científicas do corpo docente com a maioria dos artigos centrados na AC do Turismo, embora com necessidade de incrementar este número, essencialmente em revistas internacionais de referência. Outras publicações incidem na referência a mais artigos técnico-científicos mas não indica as que possam ter mais carácter pedagógico para o CE.

Foi indicado que foram realizadas várias atividades no âmbito do CE, designadamente as relacionadas com publicações em Conference Proceedings de eventos científicos nacionais e internacionais, na AC fundamental do CE, algumas delas resultantes de trabalhos com mestrados em GT. É assim destacado o envolvimento dos docentes na produção científica e em eventos científicos e missões de formação. Porém, não são apresentadas atividades de prestação de serviços à comunidade envolvente, desenvolvimento tecnológico e artístico e formação avançada.

São apresentados 6 projetos financiados, dos quais 2 têm financiamento externo (FCT/Tomi World) e 4 têm financiamento interno, todo com interesse no âmbito do Turismo. Não foram indicados projetos internacionais desenvolvidos na área do CE em rede com IES estrangeiras.

A participação dos docentes e investigadores do CE, maioritariamente em CI interno (classificação de Bom), de natureza pluridisciplinar, pode comprometer a qualidade e o cumprimento de alguns critérios para a promoção de investigação orientada ou de desenvolvimento profissional de alto nível no Turismo.

6.6.2. Pontos fortes

Publicações em Conference Proceedings de eventos científicos nacionais e internacionais e de formação avançada, na AC fundamental do CE, algumas delas resultantes de trabalhos com mestrados em GT, que podem contribuir para a inovação e o desenvolvimento do turismo, bem como produção científica muito relevante.

Projetos financiados com interesse no âmbito do Turismo, sobretudo a nível nacional.

6.6.3. Recomendações de melhoria

Maior participação dos docentes em projetos de investigação e desenvolvimento de parcerias de investigação nacionais e internacionais, designadamente em atividades de prestação de serviços à comunidade envolvente, desenvolvimento tecnológico e artístico e formação avançada na AC fundamental do CE.

Envolver os estudantes na investigação científica, nomeadamente através de projetos aplicados ao desenvolvimento do turismo a nível regional e/ou nacional, para além de projetos de cariz mais científico.

Todos os docentes (4) da AC fundamental do CE (Turismo) poderiam estar filiados em centros de investigação de referência e com melhor desempenho do que o CI interno, se possível, criar grupos de trabalho para relacionamento institucional em C&T.

Os docentes podem trabalhar mais em rede com pares portugueses e do exterior, com IES portuguesas e estrangeiras, pois não são referidos projetos em parcerias com IES.

7. Nível de internacionalização

Perguntas 7.1. a 7.3.

7.1. Mobilidade de estudantes e docentes

Existe um nível significativo de mobilidade de estudantes e docentes do ciclo de estudos:

Em parte

7.2. Estudantes estrangeiros

Existem estudantes estrangeiros matriculados no ciclo de estudos (para além de estudantes em mobilidade):

Não

7.3. Participação em redes internacionais

A instituição participa em redes internacionais com relevância para o ciclo de estudos:

Em parte

7.4. Apreciação global do nível de internacionalização

7.4.1. Apreciação global

Não há alunos estrangeiros no CE nem alunos internacionais matriculados no CE e em mobilidade Erasmus, sendo assim necessário encorajar a mobilidade de estudantes em incoming. Também não há receção de docentes estrangeiros, incluindo docentes em mobilidade, que pode revelar a debilidade de atração nas redes internacionais e a falta de dinâmica internacional no CE.

O pessoal docente do CE investe bem em missões de mobilidade internacional (33%), de modo a ganhar capacidades de pesquisa e de formação avançada pela efetivação de redes e parcerias diversas com IES estrangeiras.

De facto, os indicadores dos mestrandos do CE poderiam ser mais favoráveis, pois não há evidencia de qualquer colaboração em redes internacionais, em áreas de especial interesse para o CE, dada a natureza internacional do Turismo. É referida colaboração em investigação com docentes de Espanha, China, México, EUA, Brasil, França, Israel, Austrália, Alemanha e UK, bem como em projetos com docentes da Bournemouth University, UK, da Univ. de Salamanca, Espanha e da Curtin Business School, Austrália, que se poderiam traduzir em colaborações docentes e de pesquisa no CE, pelo que será oportuno apresentar um plano que demonstre que a IES terá uma estratégia melhor definida para a internacionalização neste CE.

7.4.2. Pontos fortes

A elevada percentagem de docentes do CE em mobilidades académicas no exterior, bem como a aparente relação com pares de outras IES estrangeiras, que se devem materializar em incoming docente no CE.

7.4.3. Recomendações de melhoria

Aumentar o número de bolsas do Programa Erasmus+ no CE para mestrandos e promover o outgoing, de modo a permitir aumentar o número de alunos a realizar mobilidade académica e/ou de estágio.

Promover o interesse e o compromisso do corpo docente do CE para uma maior internacionalização, sobretudo de receção de pares, quer através da sua participação em redes e parcerias, quer na promoção dessas relações para melhorar a produção científica e os projetos de cariz internacional.

8. Organização interna e mecanismos de garantia da qualidade

Perguntas 8.1 a 8.6

8.1. Sistema interno de garantia da qualidade

Existe um sistema interno de garantia da qualidade, a nível da Instituição ou da Unidade Orgânica, certificado pela A3ES:

Não (continua no campo 8.2)

8.2. Mecanismos de garantia da qualidade

Existem mecanismos de garantia da qualidade do ciclo de estudos e das atividades desenvolvidas pelos serviços ou estruturas de apoio aos processos de ensino e aprendizagem:

Sim

8.3. Coordenação e estrutura(s) de apoio

Existem um coordenador e estrutura(s) responsáveis pela implementação dos mecanismos de garantia da qualidade do(s) ciclo(s) de estudos:

Sim

8.4. Avaliação do pessoal docente

Existem procedimentos de avaliação do desempenho do pessoal docente e estão implementadas medidas conducentes à sua permanente atualização e desenvolvimento profissional:

Sim

8.5. Avaliação do pessoal não-docente

Existem procedimentos de avaliação do pessoal não-docente e estão implementadas medidas conducentes à sua permanente atualização e desenvolvimento profissional:

Sim

8.6. Outras vias de avaliação

Existiram outras avaliações do ciclo de estudos ou de natureza institucional, nos últimos cinco anos, não conduzidas pela A3ES:

Não

8.6.1. Conclusões de outras avaliações (quando aplicável)

n/a

8.7. Apreciação global dos mecanismos de garantia da qualidade

8.7.1. Apreciação global

O Instituto Politécnico de Viseu (IPV) implementou um Sistema Interno de Garantia da Qualidade (SIGQ) e usa o manual de garantia da qualidade (MGQ) como documento de referência com procedimentos comuns de gestão, de cumprimento obrigatório em toda a instituição. A Escola está representada, pelos seus Presidente e Presidente da Comissão de Avaliação e Qualidade (ComAQ), no Conselho para a Avaliação e Qualidade (CAQ).

O Presidente do IPV e do CAQ são os responsáveis pelo planeamento e revisão do SIGQ. A implementação de mecanismos que assegurem a qualidade da Escola são da responsabilidade dos seus Presidente e Vice-Presidentes, apoiados pela ComAQ.

É o responsável por cada ciclo de estudos, em intervalos regulares, que produz o relatório de eficácia do curso, com uma recolha regular de informação relevante, que sumariza a informação dos relatórios das UC, prioriza as melhorias propostas e, quando aplicável, monitoriza as melhorias implementadas em períodos anteriores.

As auditorias internas são também levadas a cabo nos processos e atividades de formação que serão aplicados ao pessoal docente e não-docente. Estas auditorias resultam num relatório com informação que é apresentada à CAQ através do Balanço da Qualidade e da Monitorização do Programa de Auditorias, para aprovação. De acordo com os resultados obtidos, o CAQ define as ações consideradas necessárias para a melhoria contínua do sistema e acompanha a sua implementação.

É também responsabilidade da escola enviar a informação relevante para a preparação da avaliação de garantia de qualidade da instituição, um documento para monitorizar a eficácia do sistema interno de garantia da qualidade, incluindo o grau de cumprimento das metas, o grau de satisfação obtido para os serviços de apoio e o grau de implementação de correções, ações corretivas, ações preventivas e/ou melhorias aprovadas pelo Conselho de Avaliação e Qualidade.

A avaliação dos professores é feita a cada três anos, de acordo com as atividades estabelecidas no art.2-A ECPDESP, agrupadas em três dimensões: Pedagógica, Técnico-científica e Organizacional. No final de cada ciclo, a pessoa avaliada prepara uma autoavaliação, anexando o relatório de atividades, que é validado pelo relator nomeado pelo CTC que prepara a avaliação e propõe a classificação. Ambos devem ser aprovados pelo CTC após audiência prévia. A classificação final é homologada pelo Presidente do IPV, da qual cabe reclamação.

Na coordenação das UC, são definidas estratégias e medidas de melhoria continua dos professores que devem constar no plano de atividades. O IPV apoia a formação de docentes em cursos, congressos, publicações e comunicações.

A avaliação do pessoal não docente é feita bianualmente, de acordo com o Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho da Administração Pública (SIADAP 3) e foca-se em dois parâmetros: os resultados obtidos na busca de objetivos pessoais em articulação com os objetivos da unidade orgânica e o conhecimento, a avaliação de competências técnicas e comportamentais, de acordo com as funções do colaborador.

A avaliação decorre através do preenchimento da ficha de autoavaliação e posterior ficha de avaliação preenchida em reunião entre o avaliador e o avaliado. Esta avaliação é objeto de parecer por parte da Comissão Paritária para a Avaliação. As avaliações são homologadas pelo Presidente do IPV, com o conhecimento do Avaliado. O sistema de avaliação do desempenho permite a identificação do potencial de evolução e desenvolvimento dos trabalhadores e o diagnóstico das respetivas necessidades de formação pelo que o IPV, em função das necessidades identificadas, organiza formação ao longo do ano tendo em vista melhorar as qualificações do pessoal não docente.

8.7.2. Pontos fortes

A existência do Manual de Qualidades: existe uma estrutura operacional formal que acompanha os procedimentos considerados relevante, gerando discussão e ações corretivas, visando a melhoria continua dos aspetos de qualidade do programa.

Também são realizadas auditorias internas nos processos e atividades de formação, com um relatório de acompanhamento das ações de melhoria contínua.

Existem procedimentos oficiais para avaliar o desempenho do pessoal docente e não-docente. A atualização do conhecimento de ambos é claramente apoiada pela instituição, para aqueles que desejam promover as suas competências científicas e pedagógicas e atualizá-las.

8.7.3. Recomendações de melhoria

Recomenda-se que se evidenciem as tendências de desempenho dos indicadores de qualidade com o acompanhamento das ações realizadas e a sua eficiência, comprovando que o mecanismo de qualidade vigente funciona como esperado.

Apoiar áreas específicas que precisem de ser reforçadas, tais como as atividades que foram identificadas como fraquezas e as que representam uma oportunidade, através dos parâmetros de qualidade.

9. Melhoria do ciclo de estudos - Evolução desde a avaliação anterior e ações futuras de melhoria

9.1. Evolução desde a avaliação anterior

Dentro da esfera de ação do MGT, 14 dissertações/projetos/estágios foram concluídas. Cerca de 50% desses trabalhos foram desenvolvidos em cooperação com entidades e empresas locais, regionais e nacionais. Até o trabalho mais conceptual procura uma aplicação prática. Estas parcerias levaram a uma melhoria nas relações mantidas com o tecido económico, o que, por sua vez, reforçou a confiança que essas empresas depositam no IPV/ESTGV/DGEST, uma confiança que tornará muito mais fáceis novas parcerias em pesquisa e desenvolvimento.

Algumas das entidades com as quais tem havido uma forte parceria para o desenvolvimento de trabalhos académicos são: a Câmara Municipal de Viseu, a Câmara Municipal de Tondela, a Mazaltur - Agência de Viagens, a Comissão Regional do Vinho do Dão, a Visabeira Turismo, entre outras.

Por outro lado, foram introduzidas mudanças significativas nos sistemas de apoio ao ensino e aprendizagem, como o acesso à Biblioteca do Conhecimento Online e, em breve, toda a comunidade académica do IPV poderá ter acesso total à b-on, a partir de qualquer dispositivo com ligação à Internet (sem ser necessário utilizar a VPN).

Além disso, foram propostas medidas de melhoria para cada fraqueza identificada:

- Propõe-se a mudança da data de início de Mestrado em Gestão Turística para setembro
- Espera-se que o novo calendário e a nova estrutura curricular sejam mais adequadas às necessidades e expectativas dos alunos.
- Demonstrar junto da direção do IPV a importância da internacionalização, contudo, no corrente ano o IPV já reforçou o número de bolsas de mobilidade para docentes e alunos.

Identificou-se a prioridade de cada ação, bem como o cronograma de implementação e o indicador do fator de sucesso.

As fraquezas detetadas na mobilidade internacional dos estudantes e na falta de interesse dos diplomados em Turismo em inscrever-se no Mestrado em Gestão Turística devido ao seu início tardio devem ser abordadas com urgência e serão resolvidas na próxima edição do Mestrado, uma vez que começará em setembro e não em fevereiro, como tem sido até agora.

O excesso de horas de trabalho e o trabalho burocrático dos professores é considerado uma alta prioridade, mas não é possível dizer quando é que a medida será implementada, porque ainda não foi encontrada uma solução.

Os indicadores que devem ser considerados para medir os resultados da implementação das ações de melhoria (uma vez implementada a nova proposta) serão avaliados, numa primeira fase, através de reuniões frequentes (antes, durante e no final de cada semestre) com os alunos e com o corpo docente.

Numa segunda fase, as reuniões serão realizadas com graduados que experimentaram o novo e reorganizado plano.

As reuniões serão realizadas com ex-alunos e com empregadores.

9.2. Apreciação e validação das propostas de melhoria futura

Muitas mudanças positivas foram introduzidas no CE, de forma a combater as fraquezas detetadas, melhorar a situação atual e melhor preparar os alunos deste CE para o trabalho na área do Turismo. A implantação de um acompanhamento dos impactos produzidos por estas mudanças, como foi proposto, precisa ser estabelecida o mais brevemente possível.

10. Reestruturação curricular (se aplicável)

10.1. Apreciação e validação da proposta de reestruturação curricular

Durante a visita da CAE à IES, foi efetuada uma discussão com o corpo docente, a Coordenação do CE e a CAE sobre a proposta de alteração do plano curricular. Como resultado dessa discussão, a IES apresentou uma nova proposta, em que contempla as recomendações da CAE.

Em termos da estrutura curricular e científica verifica-se um exercício de centrar a formação do mestrado nas 2 vertentes essenciais, de acordo com os objetivos do CE e a própria denominação. A este nível considera-se uma melhoria geral do CE e o reforço de abordagem no Turismo e na abordagem instrumental de Gestão ao sistema turístico. O modelo seguido de carga de trabalho por UCs é uniforme e prevê 32 de contato e 159 horas de trabalho, quer nas UCs da área principal (Turismo) quer na área de Gestão.

As UC's na nova proposta seguem a coerência de enquadramento científico de várias UCs da licenciatura em Turismo na mesma UO, e de acordo com as tendências atuais e emergentes na indústria do turismo. Os conteúdos programáticos estão bem estruturados e em consonância entre semestres. Os métodos de ensino e da avaliação tem em consideração a aquisição de soft skills da parte dos alunos, e com ênfase em trabalhos práticos (sugere-se em formato de problem based learning). A bibliografia apresentada está atualizada.

11. Observações finais

11.1. Apreciação da pronúncia da instituição (quando aplicável)

<sem resposta>

11.2. Observações

<sem resposta>

11.3. PDF (máx. 100kB)

<sem resposta>

12. Conclusões

12.1. Apreciação global do ciclo de estudos

De um modo geral, destacaríamos como aspetos positivos as boas relações institucionais com os

diversos parceiros na região, públicas e privadas, e particularmente no setor empresarial com quem o ciclo de estudos em apreciação, Mestrado em Gestão Turística, mantém uma excelente colaboração.

Os hard skills tem sido o grande alvo de atenção nos últimos anos (o saber fazer), mas verifica-se alguma preocupação e sensibilidade, pela Direção do CE, para reforçar os soft skills, o que representa uma mais valia para o ensino na área do turismo.

As cargas letivas atribuídas aos docentes são equilibradas, em geral, e compatíveis com as demais funções próprias de um docente de ensino superior.

O corpo docente, particularmente na área predominante dos CE (Turismo), revela um bom ritmo de publicações em revistas científicas internacionais com revisão de pares, assim como outras publicações, a integração em Centros de Investigação, e alguma investigação, incluindo de forma aplicada.

Constata-se que há uma boa proximidade no apoio dos diversos serviços, assegurados pelo pessoal não docente. Porém, não é evidente o apoio administrativo mais próximo das operações diárias do CE e às outras atividades de cariz mais extracurricular, como os vários eventos e atividades organizados pelos docentes e estudantes do CE.

O ciclo de estudo apresenta índices de internacionalização razoáveis.

Realça-se a forte ligação do corpo docente ao sector empresarial da região. No entanto, recomenda-se maior envolvimento dos estudantes na investigação e prestação de serviços à comunidade, o que poderá ser um fator motivador ao realizar trabalhos com promotores reais e de aplicação real, possivelmente em formato de problem-based learning.

Verifica-se uma boa dinâmica de formação e contratação do pessoal docente, que melhorou a qualificação do mesmo, particularmente na área predominante do CE, o que leva ao cumprimento dos aspetos legais da composição do corpo docente, com a exceção de docentes com o título de especialista por provas públicas.

Os doutores em turismo, geralmente possui pouca experiência profissional, mas com elevada investigação aplicada. No entanto, e em cumprimento com a legislação em vigor, é necessário reforçar o corpo docente especializado, por varias vias, designadamente com experiência profissional nos diversos setores da industria turística.

Destacamos a consulta aos stakeholders, nomeadamente as entidades e graduados, em todas as fases processuais.

A Coordenadora do Curso possui perfil académico adequado.

Na proposta de alteração do plano de estudos, a CAE ouviu a Direção do Curso, parceiros da região, docentes, estudantes e graduados. Discussões muito produtivas que resultaram em alguns ajustes à proposta inicial, tomando em consideração os seguintes fatores: mais ferramentas em regime prática-laboratorial (PL), as tecnologias aplicadas especificamente ao turismo, soft skills e inovação no contexto específico do turismo, nas suas diversas vertentes, trabalhar as UC's em alinhamento com o plano de estudos da licenciatura e a internacionalização.

Um aspeto que não foi devidamente reforçado, mas a considerar, é a opção do estágio de forma

profissionalizante.

A CAE gostaria de realçar o enorme desenvolvimento que esta área teve desde a sua última visita, e cumprimentar todos os envolvidos, nomeadamente a senhora Coordenadora por todo o trabalho realizado.

12.2. Recomendação final.

Com fundamento na apreciação global do ciclo de estudos, a CAE recomenda:

O ciclo de estudos deve ser acreditado

12.3. Período de acreditação condicional (se aplicável):

<sem resposta>

12.4. Condições:

n/a